



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CASIMIRO DE ABREU**

EDITAL Nº 01/2026

**Concurso Público para
PROCURADOR MUNICIPAL**

MANHÃ

Caderno de Provas

- ♦ Conhecimentos Específicos
- ♦ Questão Dissertativa



instituto brasileiro de
administração municipal

<http://www.ibam-concursos.org.br>

Concurso Público nº 01/2026

**Prefeitura Municipal de
Casimiro de Abreu - RJ**

**Ensino Superior Completo
Duração: 4 horas**

Você recebeu o seguinte material:

- Um **caderno de prova**, contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, numeradas sequencialmente, cada uma apresentando 4 (quatro) alternativas: **A, B, C e D**. As questões de **Conhecimentos Específicos** estão assim distribuídas: **01 a 10 - Direito Constitucional, 11 a 22 - Direito Administrativo, 23 a 27 - Direito Tributário, 28 a 37 - Direito Processual Civil, 38 a 42 - Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, 43 a 46 - Direito Ambiental, e 47 a 50 - Direito Urbanístico.**
- Uma Questão da **Prova Dissertativa**.
- Um **cartão de respostas**.

Instruções

- Verifique se o seu nome e o seu número de inscrição estão corretos no cartão de respostas.
- Transcreva no espaço indicado no seu cartão-resposta a seguinte frase:

Que se chama Brasil

- Verifique se o cargo que consta na capa da sua prova corresponde ao cargo para o qual sua inscrição foi efetivada.

Se houver erro, notifique o fiscal.

- Assine o cartão de respostas com caneta azul ou preta.
- Verifique se a impressão e a numeração das questões estão corretas.

Caso ocorra qualquer erro, notifique o fiscal.

- O caderno de provas pode ser utilizado para suas anotações.
- Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa que mais adequadamente responde a cada uma delas. Marque sua resposta no **cartão de respostas**, onde será efetuada a correção.
- O **cartão de respostas** não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou

manchado, nem conter qualquer registro além das respostas assinaladas, de sua assinatura e da frase transcrita.

- É obrigação da pessoa candidata entregar o cartão de respostas assinado. A assinatura deverá coincidir com a do documento de identidade apresentado ao fiscal, sob responsabilidade da pessoa candidata.
- O **cartão de respostas** não será substituído em hipótese alguma. **Exceto** quando for comprovado erro do fiscal na entrega do cartão.
- O **cartão de respostas** deve ser marcado com **caneta esferográfica azul ou preta** e o espaço correspondente à letra assinalada totalmente coberto, conforme o modelo abaixo:

Correto:



Outras formas de marcação, diferentes da que está determinada acima, **farão com que as questões sejam anuladas. Não use lápis ou lapiseira** no cartão de respostas antes de utilizar a caneta esferográfica, pois isto também anulará suas respostas. A leitora de marcas não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma letra.

A resposta da questão dissertativa deverá ter no **mínimo 25 linhas e no máximo 30 linhas**.

A prova dissertativa deve ser resolvida, com caneta azul ou preta com grafia legível, no verso do cartão-resposta recebido pela pessoa candidata.

Após o término da prova, entregue ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente preenchido e assinado e com a frase transcrita. **Nesse momento será coletada a sua impressão digital.**

Somente será permitido à pessoa candidata levar consigo o caderno de questões a partir dos 30 minutos anteriores ao término das provas.

Será de inteira responsabilidade da pessoa candidata o preenchimento correto do cartão-resposta, não cabendo aos organizadores eventuais erros ou omissões no preenchimento de todos os campos do cartão (assinatura, frase, impressão digital e respostas).

BOA PROVA!

Questão 01

As normas constitucionais, quanto à sua eficácia, são classificadas em normas de eficácia plena, normas de eficácia contida e normas de eficácia limitada. Considerando essa classificação, é correto afirmar que as normas constitucionais que produzem efeitos diretos e imediatos desde a sua vigência, mas que podem ser restringidas, tendo sua eficácia limitada por outra norma, são classificadas como normas constitucionais de eficácia:

- A () plena
- B () contida
- C () limitada
- D () reduzida

Questão 02

Tendo em vista as disposições da Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais, é correta a seguinte afirmativa:

- A () a todos é assegurada a obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, mediante o pagamento de taxa prevista em lei
- B () a todos é assegurado, mediante o pagamento de taxas, o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder
- C () a todos é assegurado, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder
- D () apenas aos comprovadamente pobres é assegurada a obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, independentemente do pagamento de taxas

Questão 03

João, necessitando de tratamento médico que envolve o fornecimento de medicamento com registro na ANVISA, padronizado e incorporado ao Sistema Único de Saúde (SUS) com valor inferior a 10 salários mínimos, pretende propor ação judicial em face do Município, pleiteando o fornecimento do medicamento. Nesse cenário, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- A () é solidária a responsabilidade dos entes federados pelo fornecimento de medicamentos e tratamento médico aos necessitados; consequentemente, o polo passivo da ação judicial pode ser composto por qualquer um dos entes da Federação, isoladamente ou conjuntamente
- B () é solidária a responsabilidade dos entes federados pelo fornecimento de medicamentos e tratamento médico aos necessitados, respeitadas as competências constitucionais; consequentemente, uma vez que o medicamento tem valor inferior a 10 salários mínimos, o polo passivo da ação judicial deve ser obrigatoriamente integrado pela União
- C () a ação judicial deverá necessariamente ser proposta em face do Município, sendo pertinente a proposição em face do Estado ou da União apenas se o Município não tiver condições de arcar com a obrigação de fornecimento do medicamento
- D () a ação judicial deverá necessariamente ser proposta em face da União que poderá, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, pleitear do Estado e do Município ressarcimento pelas quantias dispendidas

Questão 04

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca das competências dos entes da Federação, podemos corretamente afirmar que:

- A () é inconstitucional a lei municipal que proíbe a soltura de fogos de artifício com estampidos por invadir competência legislativa privativa da União
- B () compete à União definir o tempo máximo de espera de clientes em filas de bancos
- C () é competente a União para fixar o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais em todo o país
- D () é competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais situados no território municipal

Questão 05

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é possível, desde que haja compatibilidade de horários, a acumulação de cargo público de professor:

- A () apenas com outro cargo de professor
- B () apenas com outro cargo de professor ou outro cargo técnico
- C () apenas com outro cargo técnico
- D () com outro cargo de qualquer natureza

Questão 06

Das alternativas abaixo, aquela que apresenta uma afirmativa correta sobre a possibilidade de exploração de atividade econômica pelo poder público é a seguinte:

- A () conforme disposições da Constituição Federal, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado é vedada, ressalvados os casos previstos em lei de guerra ou calamidade pública que demandem intervenção estatal para defesa da segurança nacional
- B () conforme disposições da Constituição Federal, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado é permitida, independentemente de lei, quando necessária ao atendimento de comprovado interesse público
- C () somente nos casos previstos na Constituição Federal, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado será vedada, sendo permitida, nos demais casos, a exploração de atividade econômica pelo poder público
- D () ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei

Questão 07

No Município X, uma escola municipal foi invadida por criminosos. Após esse fato, um Vereador propôs projeto de lei que prevê a obrigatoriedade de instalação de câmeras de segurança em escolas públicas municipais. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, é verdadeira a seguinte assertiva:

- A () projeto de lei de iniciativa de parlamentar que crie despesas com a instalação de câmeras em escolas não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo se não tratar da estrutura ou das atribuições de órgãos do Executivo
- B () projeto de lei de iniciativa de parlamentar que crie despesas com a instalação de câmeras em escolas não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo ainda que trate da estrutura ou das atribuições de órgãos do Executivo
- C () projeto de lei de iniciativa de parlamentar que preveja a instalação de câmeras em escolas usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo por criar despesas para o poder público
- D () projeto de lei de iniciativa de parlamentar que determine a instalação de câmeras em escolas não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo, desde que não crie despesas para a administração pública

Questão 08

Com relação aos princípios que regem a Lei Orçamentária Anual (LOA), é correto afirmar que:

- A () princípio da anualidade é o princípio pelo qual a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita, à fixação da despesa, aos créditos suplementares e às operações de créditos
- B () princípio da unidade é o princípio pelo qual cada ente federado deve ter apenas uma LOA para cada exercício financeiro que consolide todas as contas, sem orçamentos paralelos ou múltiplos
- C () princípio da exclusividade é o princípio pelo qual cada ente federado deve ter apenas uma LOA que consolida todas as contas, prevendo todas as receitas e todas as despesas de todos os poderes e órgãos
- D () princípio da universalidade é o princípio pelo qual a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita, à fixação da despesa, aos créditos suplementares e às operações de créditos

Questão 09

Os Prefeitos dos Municípios Y e X decidem que o Município Y deverá incorporar o Município X, de modo que o Município Y será ampliado e o Município X deixará de existir. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correta a seguinte afirmativa sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios:

- A () far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei
- B () far-se-ão por lei municipal, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei
- C () far-se-ão por lei municipal, dentro do período determinado por lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei
- D () far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, à população de todo o Estado a que pertencem os Municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei

Questão 10

Prefeito Municipal pretende conceder aumento real de remuneração a todos os servidores públicos do Município. O Prefeito deve observar, tendo em vista as disposições da Constituição Federal, que a despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em:

- A () lei ordinária municipal
- B () lei complementar municipal
- C () lei complementar federal
- D () lei ordinária federal

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 11

Das alternativas abaixo, aquela que apresenta uma afirmativa **incorreta** sobre mandado de segurança é a seguinte:

- A () é cabível contra decisão judicial
- B () possui como um de seus requisitos a existência de direito líquido e certo, por parte do impetrante
- C () é cabível contra ilegalidade e abuso de poder, praticados somente por administradores públicos, não se estendendo a profissionais da iniciativa privada
- D () não é cabível contra decisão judicial, caso ainda existam recursos previstos nos códigos processuais que possam ser interpostos pela parte que se sentir prejudicada pelo *decisum* proferido

Questão 12

No que diz respeito ao princípio da reserva legal e à chamada reserva legal administrativa, é verdadeira a seguinte assertiva:

- A () o referido princípio nada mais é do que o princípio da igualdade, tradicionalmente previsto no art. 5º, *caput* e inciso I, da Constituição de 1988, aplicado no âmbito de ramos específicos do Direito
- B () a legalidade administrativa significa que o administrador público somente pode fazer aquilo que está previsto em lei, diferentemente do cidadão comum, a quem é conferida a regra geral da liberdade de ação e atuação
- C () trata-se da junção dos princípios da moralidade e da eficiência, previstos no art. 37, *caput*, da Constituição da República
- D () são proibidos, pois o Direito Administrativo contemporâneo possui um arcabouço jurídico próprio, composto por normas constitucionais e infraconstitucionais

Questão 13

Os poderes dos administradores públicos são os que conferem também atribuições e que permitem ao Estado atingir a finalidade pública, preservando os interesses da coletividade. Eles são irrenunciáveis e devem ser utilizados sempre que o interesse público o solicitar. Sobre o tema, é correto dizer que:

- A () o poder vinculado é o que confere ao administrador público a possibilidade de tomar decisões, mesmo que se depare com os chamados “indiferentes legais”, ou seja, caminhos a serem eliminados pelo mesmo administrador, a quem competirá escolher uma nova decisão, denominada “diferente legal”
- B () o poder regulamentar é o que permite que o administrador regule, por meio de lei, previsões genéricas previstas em legislações do país
- C () o administrador público, quando se deparar com a necessidade de regulamentar determinada lei, deverá fazê-lo por meio de um decreto regulamentar
- D () a discricionariedade administrativa é a base dos poderes disciplinar e hierárquico, uma vez que decisões dessas naturezas obrigam o administrador a agir de modo discricionário

Questão 14

A *accountability* exige que o administrador público, entre outros atos, aja com transparência e motive, com cautela e atenção social, suas decisões. Nesse sentido, é possível afirmar que:

- A () os atos administrativos discricionários carecem de responsividade, comprometem a *accountability* e a própria essência do Estado Administrativo brasileiro
- B () o ato vinculado é o único capaz de contemplar, de modo pleno, a necessidade de o administrador agir com responsabilização social
- C () o ato disciplinar é pressuposto para que possa o administrador público agir de modo discricionário e vinculado e para que exerça seu poder hierárquico
- D () os princípios constitucionais contidos no art. 37, *caput*, da Constituição de 1988, se respeitados e aplicados pelo administrador público, levam a uma mais real possibilidade de controle social dos atos administrativos propriamente ditos

Questão 15

O direito regulatório no Brasil é um ramo do direito público que disciplina a atuação das entidades administrativas reguladoras, estabelecendo parâmetros quanto à regulamentação, fiscalização, controle e intervenção estatal sobre atividades econômicas de relevância pública. No que se refere às agências reguladoras, é correta a seguinte afirmativa:

- A () as agências reguladoras brasileiras, decorrentes da ideia de Estado gerencial, são parte da administração pública indireta
- B () as agências reguladoras pertencem e são parte da administração pública direta, uma vez que vinculadas a ministérios ou secretarias de governo, estadual ou municipal, tematicamente relacionadas
- C () à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro, compete regular os planos privados de assistência médica e hospitalar
- D () a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) é enquadrada na categoria de fundação pública e regula somente o setor de telecomunicações no Brasil

Questão 16

Das alternativas abaixo, aquela que apresenta uma informação correta sobre uma das agências nacionais reguladoras é a seguinte:

- A () a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) foi a primeira agência reguladora criada no país, bem como a primeira a entrar em efetivo funcionamento
- B () a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) foi a primeira agência reguladora criada e instituída no país, bem como a primeira a entrar em efetivo funcionamento, no ano de 1996
- C () a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), criada pela Lei nº 9.656/1998, regula a saúde privada e pública do país, complementando e suplementando o Sistema Único de Saúde (SUS)
- D () a Agência Nacional de Petróleo (ANP) é uma autarquia vinculada à administração pública indireta nacional

Questão 17

Na seguinte hipótese, é dispensável a licitação pública:

- A () contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de um ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas
- B () contratação que tenha por objeto aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças mentais laborais, assim definidas pelo Ministério da Saúde
- C () contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação e ao desenvolvimento de universidades privadas, exclusivamente nas áreas de medicina, direito, engenharia e inteligência artificial
- D () contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional, ainda que com fins lucrativos

Questão 18

A dispensa de licitação na área de saúde pode ocorrer na seguinte situação:

- A () se estiver diante das novas hipóteses trazidas pela Lei nº 15.471, de 20 de julho de 2026, a qual altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
- B () houver fundado receio de que a demora na contratação gere prejuízos a pessoas com deficiência e a instituições de combate ao câncer de pulmão
- C () faltar medicamento para o tratamento específico de câncer de mama e de próstata, os mais letais e de maior incidência no país
- D () for indispensável a compra de seringas plásticas para doação a pessoas dependentes químicas

Questão 19

Sobre a intervenção do Estado na propriedade, é possível afirmar que:

- A () é instituto clássico de Direito Administrativo, relacionado à possibilidade de uma pessoa jurídica de direito privado, com poderes expressamente concedidos pela administração pública, intervir no domínio imóvel urbano de um vizinho limítrofe
- B () relaciona-se intimamente com o princípio da função social da propriedade, previsto, entre outros momentos, no inciso XXIII, do art. 5º, da Constituição de 1988, bem como no art. 170, inciso III, da mesma Constituição
- C () possui como principal instrumento de consecução a figura jurídica chamada “estado de defesa”, conforme leciona o art. 136 da Constituição de 1988
- D () não se vincula ao instituto da desapropriação, prevista tanto na Constituição de 1988, quanto em demais leis infraconstitucionais sobre o assunto

Questão 20

O Estatuto da Cidade introduziu, no ordenamento jurídico brasileiro, institutos e instrumentos de política urbana, por sua vez muito relacionados ao Direito Administrativo nacional. Entre eles, podem ser ressaltados:

- A () o direito de preempção, o imposto sobre a propriedade imóvel urbana (IPTU) progressivo no tempo e a intervenção administrativa urbano-aduaneira
- B () o direito de preempção, o imposto sobre a propriedade imóvel urbana (IPTU) progressivo no tempo e o estudo prévio de impacto direcional
- C () a outorga onerosa do direito de construir, as operações urbanas consorciadas e a desapropriação urbanística com pagamento em títulos da dívida pública
- D () a outorga onerosa do direito de construir, as operações urbanas consorciadas e a desapropriação de veículos automotores causadores de acidentes fatais nas cidades brasileiras

Questão 21

Das alternativas abaixo, aquela que apresenta uma informação correta sobre o Estatuto da Metrópole, criado pela Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, é a seguinte:

- A () trouxe para o Brasil o regime jurídico das regiões metropolitanas, com base na bem-sucedida experiência holandesa na criação de sua região metropolitana principal
- B () trouxe para o país o instituto chamado Plano Diretor municipal
- C () foi o responsável pela criação do Plano Diretor dos Aeródromos localizados nas regiões metropolitanas brasileiras
- D () foi o responsável pela criação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

Questão 22

O Plano Diretor é um documento estratégico que estabelece regras e diretrizes para o uso do solo, infraestrutura, habitação, transporte, saneamento e preservação ambiental, garantindo que o crescimento urbano ocorra de forma ordenada e sustentável, promovendo inclusão social e qualidade de vida para a população. Nos termos da Constituição de 1988, a alternativa que apresenta uma afirmativa correta sobre o Plano Diretor é a seguinte:

- A () é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes e deve ser revisado, pelo menos, a cada 10 anos pelo Município que o criou
- B () é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes e instrumento essencial para o cumprimento da função social da propriedade urbana
- C () é de elaboração obrigatória pelos Municípios com mais de 10 mil habitantes e pelos Municípios que integrem área de especial interesse ambiental
- D () é de elaboração obrigatória pelos Municípios com mais de 10 mil habitantes e pelos Municípios que integrem área de especial interesse turístico

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 23

Nos termos do Código Tributário Nacional (CTN), a pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato. Acerca da responsabilidade tributária do adquirente nesse contexto, a responsabilidade do sucessor será integral quando:

- A () a alienação do estabelecimento for realizada no âmbito de processo de falência ou em filial/unidade produtiva isolada em recuperação judicial
- B () o alienante prosseguir na exploração da atividade econômica ou iniciar nova atividade, no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão, dentro do prazo de 6 meses a contar da data da alienação
- C () o alienante cessar integralmente a exploração do comércio, indústria ou atividade profissional
- D () o adquirente for sócio, parente em linha reta ou colateral até o 4º grau do devedor falido ou em recuperação judicial

Questão 24

Regina (locadora) celebrou contrato de locação residencial de imóvel urbano pelo prazo de 5 anos com Rogéria (locatária). O instrumento contratual previa expressamente que Rogéria assumiria integralmente a responsabilidade pelo pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) incidente sobre o bem durante a vigência da locação. Passados 3 anos, Regina constatou a existência de débitos relativos ao IPTU do imóvel, em razão do inadimplemento das parcelas por parte de Rogéria. Diante do exposto e considerando as disposições do Código Tributário Nacional (CTN) e a jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores, a alternativa que indica corretamente quem é o contribuinte legal do imposto perante o Fisco é a seguinte:

- A () Regina, já que é a proprietária do imóvel, pois os acordos e convenções particulares não podem ser opostos à Fazenda Pública para modificar a sujeição passiva tributária
- B () Rogéria, já que passa a ser a contribuinte legal do tributo em razão da autonomia da vontade e da cláusula expressa no contrato de locação
- C () Rogéria, já que responde como sujeita passiva direta por deter a posse direta do imóvel no período da locação
- D () Regina e Rogéria, solidariamente, cabendo à autoridade fiscal cobrar o débito de qualquer uma das duas

Questão 25

A moratória é a modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário que concede ao sujeito passivo a dilatação do prazo legal para o cumprimento da obrigação tributária. A respeito das regras constitucionais e legais relativas ao instituto da moratória previstas no Código Tributário Nacional (CTN), podemos afirmar que:

CONTINUAÇÃO DA QUESTÃO 25

- A () a moratória em caráter geral é concedida por meio de ato administrativo (despacho da autoridade administrativa), dispensando a edição de lei em sentido formal
- B () a concessão de moratória em caráter individual independe de despacho da autoridade administrativa, operando-se de forma automática com a simples publicação da lei autorizativa pela pessoa jurídica competente
- C () a lei concessiva de moratória não pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada região do território da pessoa jurídica de direito público interessada
- D () a concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apurar que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições do benefício

Questão 26

O Código Tributário Nacional (CTN) disciplina a expedição de certidões pelos órgãos da administração tributária como instrumento de prova da situação fiscal do sujeito passivo. Acerca das regras constitucionais e legais que regem a expedição da Certidão Negativa de Débitos (CND) e da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN), a alternativa que apresenta uma afirmativa correta é a seguinte:

- A () a certidão negativa será expedida de ofício pela autoridade administrativa competente, independentemente de requerimento formal do sujeito passivo, mediante simples consulta ao cadastro fiscal
- B () a certidão negativa será expedida no prazo máximo e improrrogável de 5 dias úteis, contados da data de entrada do requerimento no órgão competente
- C () a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa, tem os mesmos efeitos da certidão negativa
- D () a certidão negativa será expedida à vista de requerimento do interessado, desde que este apresente todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade

Questão 27

O Código Tributário Nacional (CTN) estabelece diferentes modalidades de lançamento tributário, que variam de acordo com o grau de participação do sujeito passivo e da autoridade administrativa na constituição do crédito tributário. Das alternativas abaixo, aquela que apresenta uma afirmativa correta sobre as modalidades de lançamento e suas hipóteses de aplicação é a seguinte:

- A () o lançamento por homologação ocorre quando o sujeito passivo presta informações sobre matéria de fato à autoridade administrativa, cabendo a esta calcular e notificar o contribuinte para efetuar o pagamento
- B () o lançamento por declaração (ou misto) opera-se nos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa
- C () o lançamento de ofício será efetuado ou revisto pela autoridade administrativa quando comprovado que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação
- D () o lançamento por homologação ocorre exclusivamente por ato declaratório prévio e expresso da autoridade tributária, dispensando qualquer atuação do contribuinte antes do exame fiscal

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 28

O Município de Casimiro de Abreu foi condenado ao pagamento de 1.500 salários mínimos, com honorários fixados nos percentuais mínimos do art. 85, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC). No cumprimento de sentença, o exequente aplicou o percentual mínimo da 2ª faixa (acima de 200 até 2.000 salários mínimos) de forma direta sobre a totalidade do valor. O Município impugnou a conta alegando erro metodológico. Com fundamento no CPC, é correta a seguinte afirmativa:

- A () o cálculo do advogado está correto, uma vez que, atingida a faixa de valor correspondente ao total da condenação, o percentual nela previsto absorve as faixas anteriores para simplificar a apuração do valor devido

CONTINUAÇÃO DA QUESTÃO 28

- B () a impugnação procede, pois o cálculo deve observar o regime progressivo: a alíquota da 1ª faixa incide sobre os primeiros 200 salários mínimos e a da 2ª faixa apenas sobre o excedente
- C () a impugnação procede parcialmente, devendo o juiz reapreciar equitativamente o valor dos honorários, já que ultrapassou 2.000 salários mínimos
- D () a impugnação não procede, já que o sistema de faixas do CPC é regressivo e faculta ao exequente escolher entre a aplicação do percentual global da faixa de enquadramento final e o cálculo fracionado, prevalecendo a opção mais benéfica ao credor e não em seu prejuízo

Questão 29

Duas sociedades empresárias celebraram um contrato de prestação de serviços a serem executados em Casimiro de Abreu. Por mera conveniência, inseriu-se no instrumento avençado uma cláusula elegendo o foro da Comarca de São Paulo/SP para dirimir eventuais conflitos, unicamente em razão de os patronos da contratada ali residirem. Diante do inadimplemento, a contratante ajuizou ação de cobrança no foro eleito. Ao despachar a petição inicial e verificar que nenhuma das partes reside ou possui filial em São Paulo/SP, tampouco que a obrigação ali foi pactuada ou executada, o magistrado declinou da competência, de ofício, determinando a remessa dos autos ao foro do domicílio do réu. O autor recorreu, sustentando que a autonomia da vontade autoriza a livre escolha do foro em contratos empresariais. Considerando as normas do Código de Processo Civil quanto à eleição de foro, podemos afirmar corretamente, no que diz respeito à conduta do magistrado, que ela é:

- A () incorreta, pois a competência territorial é de natureza relativa, sendo vedado ao magistrado decliná-la de ofício sem prévia provocação do réu em contestação
- B () incorreta, pois a exigência de pertinência territorial para a cláusula de eleição de foro restringe-se às relações de consumo, prevalecendo a autonomia privada nos contratos civis e empresariais
- C () correta, mas parcialmente, pois caberia ao magistrado intimar o réu para manifestar se concordava com a prorrogação da competência antes de determinar a remessa dos autos
- D () correta, pois a validade da eleição de foro exige vinculação ao domicílio de uma das partes ou ao local da obrigação, sendo o ajuizamento em juízo aleatório prática abusiva que autoriza a declinação de ofício

Questão 30

Nos termos das disposições legais relativas aos procedimentos especiais de jurisdição voluntária previstas no Código de Processo Civil, o tutor ou o curador prestará compromisso de bem e fielmente desempenhará o encargo. Das alternativas abaixo, aquela que apresenta uma afirmativa verdadeira acerca do prazo e do termo inicial para a prestação desse compromisso é a seguinte:

- A () o compromisso deverá ser prestado no prazo de 10 dias, contados da publicação da sentença de interdição ou de nomeação de tutor
- B () o compromisso deverá ser prestado no prazo de 5 dias, contados da intimação do despacho que determinar a lavratura do respectivo termo no processo, independentemente do ato originário
- C () o compromisso deverá ser prestado no prazo de 5 dias, contados da nomeação feita em conformidade com a lei ou da intimação do despacho que mandar cumprir o testamento ou o instrumento público que o houver instituído
- D () o compromisso deverá ser prestado no prazo de 15 dias, contados da ciência pessoal do nomeado acerca da decisão judicial, sob pena de perda automática do cargo

Questão 31

O Recurso Extraordinário (RE) é o remédio constitucional de natureza recursal e fundamentação vinculada, interposto perante o Supremo Tribunal Federal (STF) com a finalidade precípua de tutelar a ordem constitucional objetiva. Considerando os requisitos de admissibilidade constitucionais e processuais aplicáveis ao RE, é verdadeira a seguinte afirmativa:

- A () o RE cabe contra decisão judicial de única ou última instância quando o acórdão recorrido contrariar tratado internacional sob o rito ordinário ou julgar válida lei federal contestada em face de lei estadual
- B () por força expressa de dispositivo do Código de Processo Civil, a ausência de manifestação do tribunal de origem sobre a matéria constitucional obsta a análise do recurso pelo STF, sendo incabível a aplicação da figura do prequestionamento ficto, mesmo após a oposição de embargos de declaração

CONTINUAÇÃO DA QUESTÃO 31

- C () cabe RE para o STF quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal
- D () a demonstração da repercussão geral da questão constitucional é requisito formal exigido do recorrente, cabendo-lhe demonstrar a existência de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo

Questão 32

Roberto ajuizou ação de cobrança em face de Mário para reaver a quantia de R\$ 80.000,00 proveniente de um contrato irrecorrível. Frustrada a citação por correio, o juiz deferiu a expedição de mandado de citação a ser cumprido por oficial de justiça. O oficial de justiça compareceu à residência de Mário em três ocasiões distintas (terça-feira às 9h, quarta-feira às 14h e quinta-feira às 19h). Em todas as tentativas, Mário não foi localizado, mas vizinhos e a própria funcionária doméstica relataram que Mário estava no imóvel, tendo inclusive trancado o portão ao perceber a aproximação da viatura do tribunal. Diante da suspeita de ocultação devidamente certificada no processo, o oficial de justiça intimou a funcionária doméstica de Mário, informando que retornaria no dia útil seguinte, às 10h, a fim de efetuar a citação. No dia e horário designados, o oficial retornou ao local. Mário novamente não se encontrava, mas sua funcionária doméstica estava presente. O oficial de justiça então entregou a ela a contrafé, explicou o conteúdo do mandado e deu Mário por citado. Após o retorno do mandado cumprido aos autos, o Cartório Judicial, no prazo de 10 dias, enviou a Mário uma carta/comunicação dando-lhe ciência de tudo o que fora realizado. Passado o prazo de defesa sem qualquer manifestação do réu, o juiz decretou a revelia de Mário sem a nomeação de curador especial, sob o fundamento de que a citação ficta havia cumprido todos os seus requisitos legais e a carta do escrivão já fora expedida. Com base na legislação processual civil vigente e no entendimento jurisprudencial sobre o tema, podemos afirmar que:

- A () a citação por hora certa é nula, pois a intimação para o retorno do oficial de justiça deveria ter sido feita obrigatoriamente a um parente consanguíneo do réu, não sendo válida a intimação da funcionária doméstica
- B () o procedimento adotado pelo oficial de justiça e pelo juiz foi integralmente hígido, haja vista que a citação por hora certa independe da nomeação de curador especial quando for enviada a carta de confirmação do art. 254 do CPC
- C () a citação por hora certa foi realizada de forma válida pelo oficial de justiça, contudo, a decisão do magistrado foi incorreta ao deixar de nomear curador especial ao réu revel citado por hora certa
- D () a citação por hora certa resta eivada de nulidade, pois o envio da comunicação pelo escrivão/chefe de secretaria no prazo de 10 dias extrapola o prazo legal decadencial de 5 dias previsto no CPC

Questão 33

Joana ajuizou ação sob o rito comum. Ao despachar a exordial, o magistrado indeferiu liminarmente a petição inicial por inépcia, extinguindo o processo sem resolução do mérito. Inconformada, Joana interpusera tempestivamente recurso de apelação. À luz do Código de Processo Civil vigente, a seguinte alternativa apresenta uma afirmativa verdadeira:

- A () o magistrado poderá exercer o juízo de retratação no prazo de 5 dias; caso não o faça, mandará citar o réu para responder ao recurso
- B () a interposição do recurso de apelação veda qualquer retratação do juiz de primeiro grau, devendo os autos ser remetidos imediatamente ao Tribunal
- C () se o juiz não se retratar, o Tribunal julgará a apelação sem a necessidade de citação do réu, já que a relação processual não se angularizou
- D () Joana deveria ter interposto recurso de agravo de instrumento e não apelação

Questão 34

Em cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa promovida por Pedro em face do Município Y, a Fazenda Pública foi intimada na pessoa de seu Procurador para, querendo, apresentar impugnação à execução. Considerando estritamente as regras expressas no art. 535 no Código de Processo Civil, podemos afirmar que:

- A () o prazo para a Fazenda Pública impugnar a execução é de 15 dias nos próprios autos, podendo arguir qualquer causa extintiva da obrigação, mesmo que anterior ao trânsito em julgado da sentença
- B () quando a Fazenda Pública alegar excesso de execução, não será exigida a declaração imediata do valor que entende correto, devendo o juiz remeter os autos à contadoria judicial antes de apreciar a arguição

CONTINUAÇÃO DA QUESTÃO 34

- C () o pagamento de obrigação de pequeno valor (RPV) não impugnada será realizado no prazo de 2 meses contado da entrega da requisição, por ordem do juiz dirigida à autoridade competente
- D () se a decisão do STF que declarou a inconstitucionalidade da lei for proferida após o trânsito em julgado da decisão exequenda, a obrigação será considerada automaticamente inexigível no próprio cumprimento de sentença

Questão 35

Durante a instrução de uma ação de cobrança pelo rito comum, o autor alterou conscientemente a verdade dos fatos na tentativa de induzir o juiz a erro e interpôs embargos de declaração com o intuito manifestamente protelatório. Diante do comportamento inadequado do autor, o magistrado reconheceu a litigância de má-fé.

Levando em conta estritamente o texto legal dos arts. 79 a 81 do Código de Processo Civil, é correta a seguinte afirmativa:

- A () a condenação do litigante de má-fé depende obrigatoriamente de requerimento da parte contrária, sendo vedado ao juiz impor as sanções de ofício
- B () a multa por litigância de má-fé deverá ser fixada pelo juiz em montante superior a 1% e inferior a 10% do valor corrigido da causa
- C () quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa por litigância de má-fé não poderá ultrapassar o limite máximo de 2 salários mínimos
- D () se houver dois ou mais litigantes de má-fé no mesmo polo, o juiz deverá obrigatoriamente condená-los de forma solidária em todos os casos

Questão 36

O advogado Dr. Carlos praticou ato considerado urgente em juízo em favor de Maria, sem apresentar a devida procuração no momento da protocolização. Na petição, informou que atuava em causa própria quanto aos honorários e indicou seus dados profissionais. Das alternativas abaixo, aquela que apresenta uma afirmativa correta, considerando estritamente as regras expressas no Código de Processo Civil, é a seguinte:

- A () a procuração geral para o foro habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, inclusive a assinar declaração de hipossuficiência econômica e desistir da ação, sem necessidade de cláusula específica
- B () nas hipóteses de atuação para praticar ato urgente sem procuração, o advogado deverá exibir o instrumento de mandato no prazo de 15 dias, prorrogável por igual período por despacho do juiz
- C () caso a procuração não seja exibida no prazo legal, os atos praticados pelo Dr. Carlos serão automaticamente anulados e o processo será extinto com resolução do mérito por litigância de má-fé
- D () a procuração outorgada na fase de conhecimento perde automaticamente sua eficácia ao fim dessa fase, exigindo-se obrigatoriamente a juntada de novo instrumento de mandato para o cumprimento de sentença

Questão 37

Durante o trâmite de uma ação de cobrança pelo rito comum, o réu, visando à transferência de direitos patrimoniais, alienou por ato entre vivos a coisa litigiosa a um terceiro. No mesmo período, o advogado do réu apresentou nos autos a renúncia ao mandato conferido pelo seu cliente. De acordo com as normas expressas do Código de Processo Civil quanto à sucessão das partes e dos procuradores, é verdadeira a seguinte afirmativa:

- A () o adquirente do direito litigioso não poderá ingressar no processo em substituição ao alienante sem o consentimento da parte contrária; contudo, os efeitos da sentença proferida entre as partes originárias a ele se estenderão
- B () a alienação da coisa litigiosa por ato entre vivos altera de imediato a legitimidade processual ativa e passiva, tornando obrigatória a substituição processual do alienante pelo adquirente
- C () o advogado que renunciar ao mandato ficará desobrigado de representar o mandante no mesmo instante da juntada da comunicação aos autos, cessando imediatamente todos os seus deveres processuais
- D () em caso de revogação do mandato pelo cliente, se este não constituir novo procurador no prazo de 15 dias, o juiz extinguirá o processo com resolução do mérito sem a necessidade de prévia intimação

Questão 38

Uma afirmativa correta sobre o recurso ordinário no âmbito da Justiça do Trabalho está apresentada na seguinte alternativa:

- A () é cabível contra decisões definitivas ou terminativas proferidas pelas Varas do Trabalho e julgado pelo respectivo Tribunal Regional do Trabalho
- B () é cabível exclusivamente contra sentenças que resolvam o mérito, não alcançando decisões terminativas
- C () é o recurso adequado contra decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho em processos de competência originária
- D () deve ser interposto diretamente perante o Tribunal Regional do Trabalho, independentemente de sua apresentação ao juízo que proferiu a decisão recorrida

Questão 39

A respeito da prova testemunhal no processo trabalhista, considere a situação em que uma das partes pretende ouvir empregado que ocupa função de confiança na empresa. À luz do entendimento jurisprudencial consolidado, a alternativa que apresenta uma afirmativa correta é a seguinte:

- A () o exercício de função de confiança torna a testemunha automaticamente suspeita para depor
- B () o empregado que ocupa cargo de confiança somente poderá ser ouvido como informante, jamais mediante compromisso
- C () a posição ocupada pelo empregado, por si só, não caracteriza suspeição, sendo necessária a demonstração de circunstância concreta capaz de comprometer sua isenção
- D () a suspeição decorre automaticamente do fato de o empregado possuir poderes de representação da empresa, independentemente das atribuições efetivamente exercidas

Questão 40

Considerando as regras constitucionais relativas à competência da Justiça do Trabalho e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, a ação que se insere na competência da Justiça do Trabalho é a:

- A () proposta por servidor público submetido a regime jurídico-administrativo contra o ente público empregador, visando ao reconhecimento de direitos decorrentes desse vínculo
- B () ajuizada por trabalhador celetista contra empresa pública federal, visando ao pagamento de parcelas decorrentes do contrato de trabalho
- C () movida por servidor estatutário contra o poder público para discutir vantagens funcionais previstas em seu regime jurídico próprio
- D () proposta por agente público submetido a regime jurídico-administrativo para questionar ato praticado pela Administração no exercício de suas atribuições

Questão 41

Em determinada reclamação trabalhista, verifica-se a existência de questão processual não disciplinada especificamente pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Sobre a solução aplicável, podemos corretamente afirmar que:

- A () o juiz deverá extinguir o processo, pois a inexistência de disciplina específica na CLT impede o prosseguimento com base em outra norma processual
- B () o direito processual comum poderá ser utilizado como fonte subsidiária, desde que suas disposições sejam compatíveis com as normas e princípios do processo trabalhista
- C () a aplicação de normas processuais comuns somente poderá ocorrer se houver requerimento das partes
- D () as normas do Código de Processo Civil prevalecem sobre as disposições da CLT sempre que tratarem da mesma matéria

Questão 42

Um empregado trabalhou de 1º de março de 2019 a 1º de março de 2023. Em fevereiro de 2024, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando horas extras e adicional de insalubridade. A demanda foi extinta sem resolução do mérito. Em janeiro de 2026, o trabalhador apresentou nova reclamação, formulando novamente os mesmos pedidos.

De acordo com as regras de prescrição aplicáveis ao processo do trabalho, é uma afirmativa verdadeira:

- A () o ajuizamento da primeira reclamação não produziu qualquer efeito sobre a prescrição, pois o processo foi extinto sem resolução do mérito
- B () a primeira reclamação interrompeu a prescrição em relação aos pedidos que nela foram formulados, ainda que tenha ocorrido extinção sem resolução do mérito
- C () a interrupção da prescrição decorrente da primeira ação alcançou qualquer pretensão relacionada ao contrato de trabalho
- D () a interrupção da prescrição ocorre quando a primeira ação é julgada procedente

DIREITO AMBIENTAL

Questão 43

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a alternativa que apresenta uma afirmativa correta sobre a teoria do fato consumado é a seguinte:

- A () admite-se sua aplicação em matéria ambiental quando a área degradada já se encontrar consolidada e antropizada
- B () não se aplica em matéria ambiental, sendo irrelevantes, para esse fim, a antropização da área e a reduzida extensão de obra irregular
- C () aplica-se em matéria ambiental quando a obra irregular for de pequena extensão, por incidência do princípio da insignificância
- D () aplica-se em matéria ambiental quando o particular estiver de boa-fé, gerando direito adquirido à manutenção de obra irregular

Questão 44

A concessionária de energia elétrica Luz Para Todos recebeu auto de infração lavrado pelo órgão ambiental competente com penalidade de multa, no valor de R\$ 150.000,00. Ciente da inadequação de sua conduta infratora, a concessionária optou por aderir ao Programa de Conversão de Multa Ambiental, que permite a redução do valor da multa aplicada mediante contrapartida definida em Termo de Compromisso Ambiental (TCA). O TCA celebrado entre a concessionária e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) prevê que a multa ambiental será convertida em doação de bens para uso administrativo da SMMA, como equipamentos de escritório, vestuário e materiais de consumo.

Ao receber a minuta do termo para análise prévia, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a Procuradoria do Município deve opinar pela:

- A () manutenção da minuta, por ser regular e atender às disposições legais aplicáveis
- B () manutenção da minuta, pois, embora o poder público não seja titular do bem ambiental – na qualidade de gestor, em nome da coletividade –, a reversão da multa pode ocorrer em proveito de seu próprio patrimônio
- C () revisão da minuta, pois é ilegal a conversão de multa ambiental em doação de bens para uso administrativo da SMMA, que não se enquadra nos serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente
- D () rejeição da minuta, haja vista a impossibilidade de conversão da multa ambiental, eis que incompatível com a natureza difusa e indisponível do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado

Questão 45

Nos termos da Lei Complementar nº 140/2011, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade, é correto afirmar que o Município será competente para o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos:

- A () que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelo respectivo Conselho Estadual de Meio Ambiente; ou que estejam localizados em unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs)

CONTINUAÇÃO DA QUESTÃO 45

- B () que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); ou que estejam localizados em unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs)
- C () que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelo respectivo Conselho Estadual de Meio Ambiente; ou que estejam localizados em quaisquer unidades de conservação, inclusive em Áreas de Proteção Ambiental (APAs)
- D () que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito regional, conforme tipologia definida pelo respectivo Conselho Estadual de Meio Ambiente; ou que estejam localizados em unidades de conservação instituídas pelo Estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs)

Questão 46

Em 2019, Murilo foi condenado pelo crime ambiental de poluição à pena de reclusão e à correlata recuperação da área degradada. Em 2026, já na fase de execução da sentença penal condenatória, a obrigação de recuperar a área degradada foi convertida, por decisão do juízo da execução, a requerimento do Ministério Público, em obrigação de pagar (indenização por perdas e danos), ante a inviabilidade técnica de restauração *in natura* do bem ambiental lesado. Em paralelo, Murilo também foi autuado pelo órgão ambiental competente, pois sua conduta se enquadrava, ainda, como infração administrativa.

Nesse contexto, a defesa de Murilo argumentou que estaria prescrita a pretensão executória da obrigação de pagar, assim como alegou pela impossibilidade de prosseguimento do processo administrativo de apuração da infração ambiental, ante a expressa vedação existente no ordenamento jurídico de ser novamente sancionado pelo mesmo fato (*non bis in idem*).

Na qualidade de Procurador do Município e à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores, diante dos argumentos apresentados pela defesa de Murilo, a alternativa que fundamentaria seu parecer sobre o tema é a seguinte:

- A () a responsabilidade ambiental tem natureza tríplice (civil, penal e administrativa), de modo que, independentemente da conversão da obrigação de fazer para obrigação de pagar, a obrigação continuava tendo natureza ambiental, sendo imprescritível a obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente, que subsiste independentemente das sanções penais e administrativas
- B () a responsabilidade ambiental tem natureza tríplice (civil, penal e administrativa), de modo que a obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente subsiste independentemente das sanções penais e administrativas; no entanto, a conversão da obrigação de fazer para obrigação de pagar altera a natureza da obrigação, que estaria, então, prescrita
- C () a vedação ao *non bis in idem* impede que Murilo seja submetido a sanção administrativa após já ter sido condenado na esfera penal pelo mesmo fato, de modo que o processo administrativo deve ser extinto; quanto à obrigação de pagar, esta permanece imprescritível por sua natureza ambiental
- D () a conversão da obrigação de fazer em obrigação de pagar sujeita a pretensão executória ao prazo prescricional comum (art. 205 do Código Civil), estando, portanto, prescrita; ademais, a instauração de processo administrativo após a condenação penal pelo mesmo fato viola o princípio do *non bis in idem*

DIREITO URBANÍSTICO

Questão 47

A Constituição Federal de 1988 dedicou um capítulo próprio à política urbana (arts. 182 e 183), estabelecendo os princípios fundamentais, os instrumentos de intervenção sobre a propriedade e a repartição de competências na matéria. Das alternativas abaixo, aquela que apresenta uma afirmativa correta acerca da competência constitucional para a execução da política de desenvolvimento urbano é a seguinte:

- A () é executada precipuamente pelo poder público estadual, cabendo a este a elaboração e aprovação do Plano Diretor dos Municípios integrantes de regiões metropolitanas
- B () é executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei federal, tendo por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes
- C () cabe privativamente à União, que a exercerá de forma centralizada por meio do Plano Diretor de âmbito nacional
- D () é executada exclusivamente de forma conjunta entre a União, os Estados e os Municípios por meio de consórcio público obrigatório, sendo vedada a atuação isolada do ente municipal

Questão 48

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) disciplina o instituto da outorga onerosa do direito de construir, instrumento de política urbana por meio do qual o Plano Diretor pode fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário. Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade sobre o tema, podemos corretamente afirmar que:

- A () os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direito de construir deverão ser aplicados em finalidades legalmente previstas, sendo plenamente admitida a sua destinação para a criação de unidades de conservação ou para a proteção de outras áreas de interesse ambiental
- B () a outorga onerosa consiste na autorização emitida pelo Poder Legislativo municipal para construir acima do coeficiente básico, podendo a contrapartida ser dispensada e concedida de forma inteiramente gratuita pelo órgão administrativo
- C () é vedada por lei a utilização da outorga onerosa do direito de construir para a realização de obras públicas de infraestrutura ou de equipamentos comunitários pelo poder público
- D () o direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico poderá ser exercido de forma indistinta em qualquer área do território municipal, independentemente de previsão delimitada no Plano Diretor

Questão 49

Dentre os princípios e diretrizes orientadores da política de desenvolvimento urbano, destacam-se a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável. Considerando exclusivamente as disposições da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade, é correta a seguinte afirmativa:

- A () as normas de ordenamento urbano priorizam o desenvolvimento econômico local, ficando o conceito de impacto ambiental restrito à degradação física dos recursos naturais, sem abranger os aspectos socioculturais ou o patrimônio cultural da população
- B () a realização de obras ou o exercício de atividades de iniciativa do próprio poder público municipal, quando potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental, dispensam o prévio licenciamento e o estudo de impacto ambiental por força do interesse público primário
- C () a elaboração e a aprovação do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) substituem, para todos os efeitos legais, a elaboração e a aprovação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), nos termos exigidos pela legislação ambiental
- D () a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana mediante diretrizes gerais de ordenação e controle do uso do solo, de modo a evitar a poluição e a degradação ambiental

Questão 50

Mário, Prefeito do Município X, e Sofia, Secretária de Habitação e Regularização Fundiária, estruturaram um programa habitacional de interesse social voltado a atender famílias de baixa renda residentes em área de vulnerabilidade urbana. Para a execução do projeto, o Município planeja utilizar imóveis públicos e aplicar instrumentos jurídicos e orçamentários previstos na Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). Durante a fase de planejamento, surgiram dúvidas sobre a legalidade dos instrumentos a serem empregados e sobre as formalidades exigidas para a sua concessão e financiamento. De acordo com as regras do Estatuto da Cidade a respeito dos instrumentos da política urbana e com o caso hipotético apresentado, a alternativa que apresenta uma afirmativa correta é a seguinte:

- A () o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias municipais enquadram-se legalmente como institutos tributários e financeiros da política urbana
- B () a concessão de direito real de uso de imóveis públicos para fins de programas habitacionais de interesse social desenvolvidos pela Administração Pública deve ser obrigatoriamente celebrada de forma individualizada com cada beneficiário, vedada a contratação coletiva
- C () a concessão de direito real de uso dos imóveis públicos poderá ser contratada coletivamente por tratar-se de programa habitacional de interesse social, devendo a aplicação dos instrumentos que demandarem dispêndio de recursos pelo poder público municipal ser submetida ao controle social, garantida a participação da sociedade civil
- D () o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) é enquadrado pela legislação como um instituto jurídico e político de regularização fundiária

QUESTÃO DA PROVA DISSERTATIVA

Discorra sobre as leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) indicando a matéria que deve ser tratada e o período de vigência de cada uma e sobre o processo legislativo especial previsto na Constituição a ser observado, abordando a iniciativa, quórum de aprovação e prazos a serem observados quando da tramitação destas propostas legislativas, esclarecendo se, a luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal os Municípios podem fixar prazos diferenciados para a apresentação e análise das leis orçamentárias.

RASCUNHO DE PREENCHIMENTO FACULTATIVO. CASO UTILIZE ESSE ESPAÇO, NÃO SE ESQUEÇA DE PASSAR SUA RESPOSTA PARA O VERSO DO CARTÃO-RESPOSTA.